
Relatório Anual 2024

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos
Arquidiocese de Fortaleza – CDPDH

Dezembro/2024

1. Apresentação Institucional e Contexto Geral

O Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) é uma organização vinculada à Igreja Católica que atua historicamente na promoção, defesa e garantia dos direitos humanos, com especial atenção às populações empobrecidas, aos povos indígenas, às crianças, adolescentes e jovens, e a outros grupos socialmente vulnerabilizados.

No ano de 2024, o CDPDH desenvolveu um conjunto integrado de ações que respondem a um contexto marcado pelo agravamento das desigualdades sociais, pelo aumento da insegurança territorial em áreas indígenas, pelo crescimento das violações de direitos humanos e pela fragilização das políticas públicas de proteção social. Diante desse cenário, a atuação do Centro buscou não apenas responder a demandas emergenciais, mas também fortalecer processos estruturantes de organização comunitária, incidência política e defesa de direitos.

As ações realizadas dialogam diretamente com a missão institucional do CDPDH, especialmente no que se refere à opção preferencial pelos pobres, à promoção da justiça social, à defesa da vida em sua integralidade e à proteção dos bens comuns, como a terra, os territórios e a biodiversidade.

2. Estratégia Metodológica de Atuação

A atuação do CDPDH em 2024 baseou-se em uma metodologia integrada, participativa e territorializada, articulando:

- Assessoria jurídica popular, com acompanhamento contínuo de demandas individuais e coletivas;
- Educação em direitos humanos, por meio de oficinas, formações e espaços de diálogo;
- Incidência política e institucional, junto a órgãos públicos, conselhos, fóruns e espaços de decisão;
- Comunicação popular e comunitária, como ferramenta de denúncia, visibilidade e fortalecimento do protagonismo social;
- Ações de solidariedade e proteção social, articuladas com Pastorais Sociais e organizações da Arquidiocese.

Essa estratégia permitiu responder simultaneamente às urgências sociais e aos desafios estruturais enfrentados pelos públicos acompanhados.

3. Programas e Projetos Executados

3.1 Campanha “Elas e Eles Precisam de Nós para se Proteger”

A campanha manteve-se como uma ação permanente de solidariedade, proteção social e defesa de direitos, respondendo às necessidades imediatas de populações em situação de extrema vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que fortaleceu processos de organização comunitária e acesso à justiça.

Além da arrecadação e distribuição de donativos, a campanha consolidou-se como um espaço de escuta qualificada e acolhimento, permitindo identificar violações de direitos, orientar juridicamente os beneficiários e promover formações voltadas à cidadania e ao acesso a políticas públicas.

Impactos qualitativos observados:

- Fortalecimento dos vínculos entre o CDPDH, as Pastorais Sociais e os territórios atendidos;
- Ampliação do acesso à informação jurídica por parte de pessoas historicamente excluídas do sistema de justiça;
- Redução de conflitos comunitários por meio de práticas de mediação e diálogo;
- Consolidação da campanha como referência de ação solidária contínua na Arquidiocese de Fortaleza.

3.2 Crianças, Adolescentes e Jovens Indígenas na Luta pela Demarcação

As ações voltadas a crianças, adolescentes e jovens indígenas tiveram como eixo central o fortalecimento do protagonismo juvenil e a proteção integral desses públicos frente a contextos de violência, racismo e violação de direitos.

As formações realizadas buscaram articular identidade cultural, comunicação comunitária, educação política e defesa territorial, reconhecendo os jovens indígenas como sujeitos estratégicos na continuidade das lutas de seus povos.

Impactos qualitativos observados:

- Ampliação da autoestima e do reconhecimento identitário entre crianças e jovens indígenas;
- Fortalecimento das capacidades comunicacionais das juventudes, com produção de conteúdos próprios;
- Maior articulação entre comunidades, organizações indígenas e instituições parceiras;
- Criação de espaços seguros de diálogo e denúncia sobre violações de direitos.

Essas ações contribuíram para a construção de uma rede de proteção mais sólida, voltada à garantia dos direitos de crianças e adolescentes indígenas em seus territórios.

3.3 Povos Indígenas do Ceará: Na Defesa da Vida, da Terra e da Biodiversidade

Este projeto estruturante consolidou a atuação do CDPDH como uma referência no apoio jurídico, político e organizativo aos povos indígenas do Ceará. A assessoria jurídica permanente permitiu acompanhar processos de demarcação, conflitos territoriais, ameaças às lideranças e violações de direitos coletivos.

As ações de formação, articulação política e produção de conhecimento fortaleceram a autonomia das organizações indígenas e ampliaram a capacidade de incidência junto aos poderes públicos.

Impactos qualitativos observados:

- Maior qualificação das lideranças indígenas para o diálogo institucional;
- Fortalecimento das organizações indígenas enquanto sujeitos políticos coletivos;
- Produção e sistematização de informações estratégicas sobre riscos e ameaças territoriais;
- Ampliação da visibilidade pública das lutas indígenas em âmbito local, estadual e nacional.

4. Participação Social e Protagonismo dos Beneficiários

A participação dos públicos atendidos foi um eixo transversal de todas as ações. Os beneficiários participaram ativamente dos processos de diagnóstico, planejamento, execução e avaliação, fortalecendo práticas de corresponsabilidade e controle social.

Essa abordagem contribuiu para:

- Maior legitimidade das ações desenvolvidas;
- Adequação das atividades às realidades territoriais;
- Fortalecimento da autonomia e do protagonismo comunitário.

5. Desafios Estruturais e Contextuais

Entre os principais desafios enfrentados em 2024, destacam-se:

- O avanço do crime organizado em territórios indígenas, gerando insegurança e restrições à mobilidade;
- A fragilização das políticas públicas de proteção social e territorial;
- O aumento da vulnerabilidade econômica das famílias acompanhadas;
- A dificuldade de manutenção de ações presenciais contínuas em alguns territórios.

6. Estratégias de Enfrentamento e Aprendizados

Para enfrentar esses desafios, o CDPDH adotou estratégias como:

- Ampliação do uso de ferramentas digitais para articulação e comunicação;
- Fortalecimento de parcerias com organizações da sociedade civil e órgãos públicos;
- Intensificação das ações de formação e autocuidado para lideranças;
- Reforço da incidência política em espaços institucionais.

Esses aprendizados orientam o aprimoramento contínuo da atuação institucional.

7. Considerações Finais

O ano de 2024 reafirmou a relevância do CDPDH como uma instituição comprometida com a defesa da vida, da dignidade humana e dos direitos dos povos indígenas e populações vulnerabilizadas. A parceria dos financiadores foi fundamental para sustentar ações de médio e longo prazo, especialmente em um contexto de crescentes ameaças aos direitos humanos.

O CDPDH segue empenhado em fortalecer processos emancipatórios, promover justiça social e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e plural.